

OS DÊITICOS E A ENUNCIAÇÃO

Sandra Beatriz Koelling¹

sbkoelling@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Mesmo com a preocupação de alguns teóricos como Bally (1932), foi somente a partir de Benveniste e Jakobson que a enunciação mereceu destaque nos estudos lingüísticos. O que veio a denominar-se Lingüística do Discurso percebeu que a enunciação, apesar de envolver uma diversidade de atos particulares, podia ser analisada como sistema, com esquemas gerais invariantes.

Entre os temas que mereceram destaque nessa nova perspectiva de ciência estão a instauração do sujeito, do tempo e do espaço, comuns a todas as línguas naturais. Conforme Fiorin, compreender os mecanismos de temporalização, de espacialização e de actorialização é fundamental para entender o processo de discursivização (1996, p.15).

Além disso, é necessário frisar que alguns elementos da enunciação referem-se a algo exclusivamente lingüístico, não remetendo a um objeto ou conceito específico. Isso amplia a condição abstrata e complexa que recai sobre as categorias de pessoa, espaço e tempo, pois os signos a elas relacionados só podem ser identificados pela instauração do discurso.

O presente trabalho pretende analisar esses elementos que recebem determinado sentido por sua relação com o que representam no momento

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul– PUCRS.

que são enunciados: os dêiticos.

2. OS DÊITICOS E SUA RELAÇÃO ENUNCIATIVA

Porque a enunciação é o lugar de instauração do sujeito e este é o ponto de referência das relações espaço-temporais, ela é o lugar do “ego, hic et nunc. (Fiorin, 1996, p. 42)

Inicialmente é preciso conceituar a dêixis, pois nem todos os autores possuem o mesmo posicionamento quanto a sua definição e, principalmente, quanto aos elementos que se enquadram no conceito. Todavia, o triângulo eu/ tu ↔ aqui ↔ agora é a base de constituição do sistema. Dele são derivadas outras categorias como “meu”, “teu”, “hoje”, “amanhã”, “neste lugar”, etc.

Começamos, então, pela definição de Benveniste. Para o autor francês, a dêixis contém o indicador de pessoa, sendo que dessa referência emerge seu caráter cada vez único e particular. O lingüista salienta que “é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas (pronominais) não remetam à ‘realidade’ nem a posições ‘objetivas’ no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim seu próprio emprego” (Benveniste, 1995, p. 280).

De forma semelhante, Cervoni também considera os dêiticos como signos que remetem a sua enunciação e acrescenta ser impossível atribuir-lhes um referente se não conhecemos, como participantes ou testemunhas, os actantes e o âmbito espaço-temporal da enunciação.

No entanto, em um ponto o lingüista discorda de Benveniste. Conforme este último, os dêiticos seriam um conjunto de signos “vazios” desprovidos de referência material. Estes estariam disponíveis no sistema e se tornariam “plenos” à medida que o locutor os assume no discurso. Para Cervoni, por sua vez, é um erro chamar tais formas de “vazias” ou afirmar que elas assumem significados diferentes em cada um de seus empregos. Para confirmar sua teoria, o lingüista menciona Peirce,

esclarecendo que os dêiticos possuem uma significação convencional como os demais signos da língua. Segundo o autor, “eu” designa o remetente da mensagem e “tu”, o destinatário, sendo esta uma convenção única e constante.

Porém, o autor parece de certa forma concordar com Benveniste, quando explica que os dêiticos “só podem receber um sentido determinado se estão numa relação existencial com o objeto que representam” e continua:

“Por aí, eles participam da natureza do que Peirce denomina os ‘índices’. O índice por excelência é o gesto através do qual designamos um objeto: na ausência do objeto, o gesto não está de modo algum a ele associado, não significa nada. O gesto só se torna signo se está numa relação de fato com o objeto. Os dêiticos participam da natureza dos índices no sentido de que só designam de modo particular na presença de um referente” (Cervoni, 1989, p. 25).

Na verdade, Cervoni só não aceita a denominação de formas “vazias” mas acredita que os dêiticos se atualizam e significam no momento da enunciação. Benveniste, por sua vez, não se opõe ao que é dito sobre a significação dos termos ‘eu’ e ‘tu’. Ele apenas expõe o *status* puramente lingüístico dessas palavras, afirmando que elas referem-se à realidade do discurso, pois só podem ser identificados em termos de locução.

Outro autor que procurou definir os dêiticos foi Herman Parret. Além de explicar que o domínio das entidades dêíticas se concentra ao redor do eu, ele admite que o sentido dessa categoria se estabelece em virtude da relação intrínseca com o contexto de fala, semelhante ao que propôs Benveniste. Uma contribuição de sua análise é a delimitação de indiciais puros e demonstrativos puros. O autor admite não existir oposição entre estes e aqueles, havendo, na verdade, um eixo com posições intermediárias. Parret considera que:

“... uma expressão demonstrativa se refere àquilo que a demonstração mostra. Por outro lado, não se requer mostra para indiciais puros, nesses casos a mostra é irrelevante ou ocorre por ênfase estilística. Quando usa ‘eu’, o falante não precisa apontar, pois gestos não vão alterar a referência” (1988, p. 152).

A distinção é clara e o que se pode concluir é o seguinte: o

referente de um demonstrativo puro depende da demonstração concomitante, ao passo que o referente de um indicial puro revela-se exclusivamente pelo contexto de uso.

José Luiz Fiorin, por sua vez, esclarece o que representa a dêixis, diferenciando-a dos elementos anafóricos. Conforme o autor, os dêiticos são interpretados com referência à situação enunciativa, pressuposta ou explicitada no texto pelo narrador. Já os elementos anafóricos “são compreendidos em função de marcas temporais e espaciais instaladas no enunciado e de actantes do enunciado anteriormente mencionados” (Fiorin, 1996, p. 56).

Outro lingüista que traz contribuições relevantes para o estudo da dêixis é Dominique Maingueneau. Ele entende que essa categoria define coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação. No entanto, sua perspectiva é mais ampla do que a dos demais autores, pois além de aceitar a existência de uma dêixis discursiva, faz referência à dêixis fundadora. O lingüista explica:

“A dêixis discursiva consiste apenas em um primeiro acesso à cenografia de uma formação discursiva; esta última possui ainda um segundo ponto através do qual é possível alcançá-lo; trata-se da dêixis fundadora. Esta deve ser entendida como a (s) situação (ões) de enunciação anterior (es) que a dêixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade (...) Uma formação discursiva, na realidade, só pode enunciar de forma válida se puder inscrever sua alocação nos vestígios de uma outra dêixis, cuja história ela institui ou ‘capta’ a seu favor” (Maingueneau, 1997, p. 42)

No entanto, diferente da dêixis anteriormente analisada e aqui denominada discursiva, torna-se difícil encontrar referentes exatos para o que o lingüista denomina de dêixis fundadora. Os exemplos que o autor fornece de locução, cronografia e topografia fundadoras mostram a condição abstrata dessa busca por um cenário original. Este envolve demasiada subjetividade e não possui um referente exato, relacionando-se diretamente ao conhecimento da conjuntura histórica referido no enunciado. Deixaremos o conceito de dêixis fundadora para futuras análises e nos concentraremos especificamente no que Maingueneau chama de dêixis discursiva.

3. AS “PESSOAS” DO DISCURSO

A produção de um enunciado supõe necessariamente um ‘locutor’ e um ‘alocutário’. Poderiam ser usados outros termos para designar tais pessoas do discurso, como produtor e receptor, por exemplo. Mas o que importa, na realidade, não são as nomenclaturas e sim a consciência de que a categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se transforme em discurso. É isso que explica Fiorin quando afirma que “o eu existe por oposição ao tu e é a condição do diálogo que é constitutiva da pessoa porque ela se constrói na reversibilidade dos papéis eu/tu” (1996, p. 41).

Sabe-se, como vimos anteriormente, que esse ‘eu’ não se refere a alguém, mas a algo exclusivamente lingüístico que, quando pronunciado - e apenas neste momento - designa seu locutor. Em outro enunciado, o ‘eu’ pode não ser o mesmo, pois sua identificação depende da instância do discurso que o contém.

Por essa razão, Benveniste afirma que ‘eu’ e ‘tu’ referem-se à realidade do discurso, pois só podem ser definidos em termos de locução e não em termos de objeto, como ocorre com os signos nominais. A própria autora esclarece:

“Estamos na presença de uma classe de palavras, os ‘pronomes pessoas’, que escapam ao status de todos os outros sinos da linguagem. A que, então, se refere o ‘eu’? A algo muito singular, que é exclusivamente lingüístico: ‘eu’ se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual” (Benveniste, 1995, p. 288)

Ele acrescenta que a linguagem possui uma organização que permite aos locutores, cada qual a seu tempo, apropriarem-se da língua e designarem-se como ‘eu’. Além disso, essa pessoa é o centro de referência da enunciação e serve de base para a constituição do espaço e do tempo discursivos.

Já Parret lembra que aquilo que o falante conhece sobre si mesmo quando diz ‘eu’ é irrelevante. Conforme o lingüista, “nenhuma forma especial de conhecimento ou crença a respeito de um objeto é exigida ou

pressuposta para que uma pessoa possa falar uma proposição singular envolvendo o ‘eu’” (Parret, 1988, p. 158). Dessa forma, ele descarta as “Teorias de referência por similaridade”, as quais afirmam que o conhecimento do falante a respeito do referente determina se o enunciado expressa uma proposição singular contendo ‘eu’. Na verdade, é a forma do enunciado que denota a presença do locutor e não o conhecimento do referente.

O lingüista mostra ainda que o ‘eu’ não tem uma função referencial transparente, mas possui, pelo contrário, uma condição opaca de funcionamento lingüístico. Isso porque tal palavra não constitui um designador rígido, ou seja, tem conteúdo diferente em cada uma de suas ocorrências. Mas apesar de sua referência indeterminada fora da enunciação, é preciso lembrar que “toda a estrutura da língua se organiza ao redor daquele-que-diz-eu e de sua referência seu papel outorgado pela comunidade” (idem, ibidem, p. 163). Em virtude da centralidade do ‘eu’, Parret denomina o conjunto de elementos pertencentes a essa categoria de “sistema egocêntrico da dêixis”.

Na literatura, especialmente na poesia, é facilmente encontrada a voz da primeira pessoa. Pronomes possessivos, expressões que situam o leitor no âmbito espaço-temporal do “eu-lírico”, bem como as flexões verbais, indicam a presença do dêitico pessoal na poesia. Vejamos o exemplo do poema de Manuel Bandeira:

1. “Quando hoje acordei, ainda fazia escuro
2. (Embora a manhã já estivesse avançada).
3. Chovia.
4. Chovia uma triste chuva de resignação
5. Como contraste e consolo ao calor tempestuoso da noite.
6. Então me levantei,
7. Bebi o café que eu mesmo preparei
8. Depois me deitei novamente, acendi um cigarro e fiquei pensando
9. –Humildemente pensando na vida e nas mulheres que amei.”

A presença do termo “eu”, na linha 7, demonstra explicitamente a primeira pessoa construindo seu enunciado. Todavia, outras são as marcas pessoais visíveis nesse poema. Os verbos “acordei”, “levantei”, “bebi”,

“preparei”, “deitei”, “acendi”, “fiquei” e “amei” também são formas flexionadas que demonstram a presença do eu-lírico, assim como o pronome oblíquo “me”, nas linhas 6 e 8.

Outras estruturas não possuem marcas formais presentes no texto, porém podem ser relacionadas à primeira pessoa do discurso. Assim, a expressão “pensando na vida e nas mulheres” remete exclusivamente a quem enuncia e faz uso de tal seqüência, pois só o próprio emissor pode falar do que está pensando.

O tempo, expresso por “hoje” (linha 1) e “depois” (linha 8), também relaciona-se ao eu-lírico. É ele quem marca lingüisticamente o que se passa no tempo cronológico e a ele cabe determinar o espaço ocupado no momento da enunciação. Nesse caso, são dadas algumas características deste lugar, onde “fazia escuro” (linha 1), “chovia” (linha 3) o que contrastava com o “calor tempestuoso da noite” (linha 5). Como se pode observar, a categoria de pessoa organiza o tempo e o lugar da enunciação.

4. O PROBLEMA DA “TERCEIRA” PESSOA

Na gramática tradicional, o termo ‘ele’ figura entre os pronomes pessoais, constituindo a terceira pessoas do discurso. No entanto, Benveniste não concorda com a denominação de “pessoa” por não considerar que ‘ele’ participa efetivamente da enunciação, em nenhum momento, como locutor. Na verdade, o lingüista entende que tal palavra tem apenas uma função de representação sintática que objetiva a economia da língua. Isto porque a palavra ‘ele’ pode substituir segmentos ou até enunciados inteiros. Segundo Benveniste, não existem semelhanças entre a função exercida por esses substitutos e os indicadores de pessoa ‘eu’ e ‘tu’.

Para confirmar sua posição, o autor distingue as propriedades do ‘ele’. Em primeiro lugar, o termo pode referir-se a qualquer objeto, diferente de ‘eu’ e ‘tu’ que não denominam nenhuma entidade lexical. Em segundo lugar, ‘ele’ jamais pode ser reflexivo na instância do discurso, além de comportar um número grande de variantes pronominais ou

demonstrativas. Por fim, não existe um paradigma para a terceira pessoa em termos referenciais compatível com ‘aqui’ e ‘agora’.

Tais propriedades podem ser acrescidas de mais uma, se pensarmos em língua portuguesa. ‘Eu’ e ‘tu’ não apresentam pluralização simples e regular como ‘ele’. ‘Nós’ não é simplesmente a soma de vários ‘eus’, mas a união de um ‘eu’ a outra pessoa do discurso. Nesse caso, temos alternância de forma e de significação, ao passo que, no caso de ‘ele’, a formação do plural é regular, com o acréscimo do ‘s’, e reflete exclusivamente mais de um.

Inversamente, Cervoni acredita que ‘ele’ não pode ser considerado uma ‘não-pessoa’. O autor entende que apontar o ‘eu’ como locutor e o ‘tu’ como alocutário constitui uma descrição incompleta. Segundo ele:

“Vê-se o que decorre daí: as duas primeiras, pessoas da interlocução, se opõem efetivamente, numa certa medida, à terceira pessoa, a do deslocutado, que é apenas a pessoa da qual se falou; que tem portanto um papel unicamente passivo no ato da linguagem. Mas as três pessoas têm um ponto em comum: servem para apresentar um objeto de fala” (Cervoni, 1989, p. 25).

Para o lingüista, ‘ele’, além de ser uma pessoa fundamental, realiza uma ancoragem no universo a respeito do que é dito. E para comprovar sua teoria, cita G. Moignet (*Système de la langue française*) para mostrar que em francês a terceira pessoa tem, inclusive uma marca formal - o ‘l’-, presente no pronome ‘il’ e nos artigos definidos ‘le’, ‘la’, ‘les’. Por fim, conclui que ‘ele’, “longe de ser uma ‘não-pessoa’, é, ao contrário, a pessoa fundamental” (Cervoni, 1989, p. 29).

No entanto, quanto a incluir a terceira pessoa entre os dêiticos, Cervoni não se mostra tão seguro. Inicialmente esclarece que para classificá-la nessa categoria é necessário ampliar o quadro enunciativo, pois a dêixis remete a algum dos seus elementos. Ou seja, além do locutor, do espaço e do tempo, ele deve compreender o objeto de fala. Todavia, essa ampliação causa problemas, pois seriam incluídos nessa definição todos os substantivos da língua que podem ser pronominalizados por ‘ele’(s) ou ‘ela’(s). Teríamos, assim, um número ilimitado de elementos dêiticos.

Além disso, excluindo ‘ele’ da dêixis, respeita-se a intercalação do papel ativo e passivo da primeira e da segunda pessoa, em oposição ao papel unicamente passivo de terceira pessoa. Cervoni confirma, portanto, que “esse terceiro actante da enunciação que seria o ‘contexto’ não tem a palavra como os outros dois: se, num certo sentido ele é um participante, de modo algum poderia tornar-se locutor” (idem, ibidem, p. 30). De qualquer forma, ‘ele’ está fora do campo dos dêiticos, tanto na visão de Benveniste como de Cervoni, por não chamar para si o ato enunciativo e com ele toda a construção espaço-temporal.

5. O TEMPO E O ESPAÇO NA ENUNCIÇÃO

“Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do ‘sujeito’, tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do eu, que neles se enuncia.” (Fiorin, 1996, p. 42)

As expressões dêiticas ‘hoje’, ‘ontem’, ‘depois’ e tantas outras delimitam a instância temporal coextensiva e contemporânea do presente do discurso. Isso porque a enunciação é a base para a emergência do presente; sendo que passado e futuro situam-se como pontos para trás e para frente do que o enunciador denomina ‘agora’.

Esse ‘agora’, segundo Fiorin, indica “a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da narração” (1996, p. 42). Assim, o presente é constantemente reinventado toda vez que o locutor se pronuncia. Novamente, percebe-se a presença da teoria egocêntrica de Parret, pois tanto a categoria de tempo quanto a de espaço organizam-se em torno do enunciador. Todavia, de forma cooperativa, o enunciatário aceita essa temporalidade e recria seu significado a cada enunciado.

O que ocorre, no entanto, é que em alguns casos a definição de tempo pode não ser explícita ou facilmente identificável. Fiorin cita o exemplo do termo “hoje”, escrito em uma carta. Como o momento da

produção não é simultâneo ao da recepção, o presente lingüístico² necessita de uma ancoragem. Quer dizer, a data ancora a informação necessária para que o leitor relacione o termo “hoje” ao tempo crônico em que a carta foi escrita.

Outro exemplo são as reportagens encontradas na imprensa escrita, em jornais, revistas, ou até mesmo transmitidas pôr rádio e televisão. Vejamos o resumo de uma matéria do jornal Zero Hora:

“Um trecho de dois quilômetros da Freeway, nas proximidades do entroncamento com a BR-116, foi bloqueado na manhã deste sábado para a passagem de cinco peças de metal de grandes proporções transportadas pôr carretas.”
(Zero Hora, 9/03/03, ano 39, nº 13.714, p.29)

No momento da produção, o jornalista responsável pelo texto teve o cuidado de não utilizar o termo ‘hoje’ mesmo tendo escrito o texto no sábado, dia do acontecido e dia em que o jornal é produzido. Isto porque o leitor recorre à data existente no canto superior direito da página para ancorar sua referência temporal. Assim, mesmo lendo a notícia semanas depois, terá como recuperar o tempo crônico de realização do que foi lido.

Como se percebe, para reconhecer um referencial temporal, o receptor precisa reportar-se ao ato da enunciação, no caso do jornal, o dia da edição. Portanto, “não se pode interpretar esses signos, a não ser quando são de fato empregados” esclarece Fiorin (1996, p. 55).

O mesmo cabe aos elementos dêiticos espaciais que, conforme o autor, possuem uma relevância menor no processo de discursivização se comparados às categorias de pessoa e tempo. Conseqüentemente, raros são os estudos voltados à análise do espaço na Teoria da Enunciação. Essa posição secundária é explicada por Fiorin:

“... não se pode deixar de utilizar, em hipótese alguma, o tempo e a pessoa na fala, mesmo porque essas duas categorias são expressas pôr morfemas sufixais necessariamente presentes no vocabulário verbal.

² Benveniste (1995), no capítulo *A linguagem e a experiência humana*, diferencia tempo físico, crônico e lingüístico. Considera tempo físico a linha de duração de cada indivíduo medido pelo grau de suas emoções. Já o tempo crônico é visto como o tempo dos acontecimentos com denominações fixas (dias, meses) mas vazias de temporalidade em si mesmas. Por fim, o tempo lingüístico está relacionado ao momento da fala e só pode ser identificado pelos parceiros da comunicação.

Como, porém, o espaço é expresso pôr morfemas livres, pode não ser manifestado. Parece que a linguagem valoriza mais a localização espacial, pois podemos falar sem dar nenhuma indicação espacial, quer em relação ao enunciador, quer em relação a um ponto de referência inscrito no enunciado” (Fiorin, idem, ibidem, p. 258).

No entanto, mesmo não sendo essencial a referência espacial no discurso, inúmeras vezes ela é relevante para a compreensão do enunciado.

CONCLUSÃO

A análise das categorias de pessoa, espaço e tempo trouxe inúmeras contribuições para a Teoria da Enunciação. Presentes nas mais diversas línguas, tais elementos articulam um conjunto de referências implicadas em um ato discursivo. Essas referências, que remetem a algo exclusivamente lingüístico, são determinadas pela tríade eu-tu ↔ aqui ↔ agora, denominado de “sistema egocêntrico da dêixis” por Parret. Isto porque a função da primeira pessoa é essencial para a organização do âmbito espaço-temporal do discurso, sendo que eu significado atualiza-se a cada utilização do termo por um interlocutor. Ou seja, o termo “eu” não se refere a um indivíduo ou conceito estanque.

Tomado como ponto de referência, o “eu” manifesta-se em dado espaço e em determinado tempo. Por isso, estas categorias estão na dependência da primeira pessoa. Quer dizer, o tempo do “eu” é o “agora”, ao passo que o espaço do “eu” é o “aqui”. As demais expressões dêiticas são derivadas dessas estruturas básicas.

Pode-se concluir, portanto, que os elementos dêiticos somente adquirem sentido em virtude de sua relação intrínseca com o contexto de fala que se manifesta em torno do enunciador. Fora da enunciação ou mesmo sem algum tipo de ancoragem, são vazios de significado, como bem esclareceu Benveniste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BENVENISTE, Émile. (1995). *Problemas de lingüística geral*. 4.ed. Trad: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, vol. I.
2. CERVONI, Jean. (1989). *A enunciação*. Trad: L. Garcia dos Santos. São

Paulo: Ática.

3. FIORIN, José Luiz.(1996). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática.
4. MAINGUENEAU, Dominique. (1997). *Novas tendências em análise do discurso*. 3.ed. Trad: Freda Indursky. Campinas: Pontes.
5. NUNES, Benedito. (1998). *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática.
6. PARRET, Heman. (1988) *Enunciação e Pragmática*. Trad: Eni Pulcinelli (et al.) Campinas: Pontes.